

Relações entre escola e famílias migrantes: um estudo arquivístico de dissertações e teses da educação

Relations between school and migrant families: an archival study of dissertations and theses in education

Francine Carlete Groth Eichler

Adilson Cristiano Habowski

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)
Frederico Westphalen/RS-Brasil

Resumo

O artigo analisa como a relação entre escolas e famílias migrantes tem sido abordada em teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, sustentando-se metodologicamente nas noções de arquivo, arquivamento e arquivização (Foucault, 2009; Aquino; Val, 2018). Com base na análise de três trabalhos defendidos entre 2020 e 2024, os resultados apontam para uma incipiente emergência discursiva, na qual se destacam elementos como a mediação cultural, a escuta ativa e a formação docente voltada à interculturalidade. Tais elementos reconhecem a singularidade dos sujeitos migrantes e reafirmam a escola como espaço ético-político de convivência e respeito à diversidade, tensionando normativas institucionais marcadas por lógicas monolíticas de pertencimento e por regimes de visibilidade que frequentemente invisibilizam as famílias migrantes.

Palavras-chave: Famílias migrantes; Interculturalidade; Políticas de Acolhimento.

Abstract

The article analyzes how the relationship between schools and migrant families has been addressed in theses and dissertations defended in Graduate Programs in Education in Brazil, methodologically supported by the notions of archiving, archiving and archiving (Foucault, 2009; Aquino; Val, 2018). Based on the analysis of three works defended between 2020 and 2024, the results point to an incipient discursive emergence, in which elements such as cultural mediation, active listening, and teacher training focused on interculturality stand out. Such elements recognize the singularity of migrant subjects and reaffirm the school as an ethical-political space of coexistence and respect for diversity, tensioning institutional norms marked by monolithic logics of belonging and by regimes of visibility that often make migrant families invisible.

Keywords: Migrant families; Interculturality; Reception Policies.

Introdução

Os fluxos migratórios, nas últimas décadas, têm se intensificado em decorrência de múltiplas crises humanitárias, econômicas, ambientais e políticas, reposicionando o fenômeno da migração como um dos desafios estruturantes das sociedades contemporâneas. A escola, enquanto instância normativa e espaço simbólico de socialização, constitui-se como uma das primeiras interfaces de acolhimento para sujeitos em deslocamento - especialmente crianças e suas famílias -, sendo interpelada a responder à pluralidade cultural, linguística e epistêmica que esses sujeitos incorporam. Tais interpelações configuram-se como exigências ético-políticas que tensionam as lógicas tradicionais de pertencimento e identidade escolar, ainda marcadas por normatividades monoculturais e por regimes de visibilidade que frequentemente invisibilizam a experiência migrante.

A escola, como instituição social, ocupa um lugar relevante no acolhimento às famílias migrantes, especialmente em contextos de migração forçada como os vivenciados por refugiados. Ela pode atuar como mediadora social e cultural, podendo reduzir tensões e fortalecer vínculos comunitários, desde que se articule com outras instituições da sociedade civil. No Brasil, esse fenômeno desafia práticas pedagógicas tradicionais, exigindo uma abordagem intercultural que reconheça a diversidade como valor (Candau, 2020). A presença de estudantes migrantes exige mais do que adaptações linguísticas: requer uma pedagogia comprometida com a justiça social e atenta às experiências de deslocamento. No cenário internacional, Terrén e Carrasco (2007) destacam a importância da participação das famílias na vida escolar como elemento central para o êxito educacional, especialmente em contextos de mobilidade transnacional, enquanto Camargo (2019) reforça que acolher implica deslocar-se das zonas de conforto para valorizar saberes e culturas migrantes.

Nesse sentido, uma educação voltada para a diversidade é tanto uma exigência ética quanto política. Caamaño (2008) ressalta que a construção de uma cultura educacional cidadã demanda o desenvolvimento de competências relacionais e comunicacionais capazes de enfrentar discriminações. A articulação entre escola e família é essencial nesse processo, embora, como alerta Garreta (2008), nem sempre ocorra de forma equitativa, devido a barreiras enfrentadas por famílias migrantes, inclusive em associações escolares. Consolidar a escola como espaço de pertencimento requer políticas públicas inclusivas, formação docente em interculturalidade, gestão democrática e envolvimento comunitário, visando

transformar o espaço escolar em território de equidade, dignidade e reconstrução de sentido, especialmente para os que se encontram em situação de refúgio.

Neste cenário, a relação entre escola e famílias migrantes torna-se um importante objeto de análise, demandando investigações que examinem não somente as políticas e práticas institucionais de recepção, mas também os dispositivos discursivos que regulam sua emergência, circulação e legitimidade. A presente pesquisa se inscreve neste horizonte, mobilizando as ferramentas analítico-metodológicas da arqueogenealogia foucaultiana para problematizar os modos de enunciação que constituem a escola como espaço de acolhimento às famílias migrantes no Brasil. Com esse intuito, temos a seguinte questão investigativa: de que maneira a relação entre escolas e famílias migrantes, pautada na lógica do acolhimento, tem sido tematizada e visibilizada nas teses e dissertações da área de Educação disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)? O objetivo geral consiste em analisar criticamente a relação entre escolas e famílias migrantes, tal como tematizada nas teses e dissertações da área da Educação disponíveis na BDTD, com ênfase nos discursos que emergem em torno da lógica do acolhimento, buscando evidenciar os regimes de verdade e os efeitos de poder-saber que sustentam determinadas formas de compreender e operacionalizar essa relação no campo educacional. De forma específica, busca-se mapear as teses e dissertações da área de Educação, disponíveis na BDTD, que abordam a relação entre escolas e famílias migrantes sob a perspectiva do acolhimento; analisar os enunciados presentes nos trabalhos acadêmicos selecionados, com base nas ferramentas da arqueogenealogia foucaultiana, identificando os regimes de verdade que sustentam determinadas formas de compreender e operar o acolhimento escolar de famílias migrantes; e, por fim, problematizar os efeitos de poder-saber produzidos pelos discursos educacionais sobre o acolhimento de famílias migrantes, evidenciando as condições de possibilidade de sua emergência, circulação e legitimação no campo da Educação.

Para tanto, a pesquisa inscreve-se no horizonte analítico-metodológico da noção de arquivo a partir de Michel Foucault, aprofundado por Aquino e Val (2018), por meio das noções de arquivamento e arquivização. O arquivo não consiste num repositório documental passivo, mas como dispositivo de enunciabilidade que opera a produção, a emergência e a regulação dos discursos (Foucault, 2009; 2008). Tal concepção implica compreender o arquivo como operador teórico-metodológico que define o que pode ser enunciado, pensado

e tornado inteligível em um dado recorte espaço-temporal, conforme seus regimes de visibilidade e dizibilidade.

Desta forma, o arquivo não busca interpretar ou explicar os documentos, mas observar repetições, regularidades e rupturas nas práticas discursivas, o que se preserva e o que se transforma, o que foi produzido em determinado período e o que ainda reverbera no presente. Em torno disso, Foucault (2009, p. 148) pontua que:

É evidente que não se pode descrever exaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de toda uma época. Por outro lado, não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, já que é no interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer – e a ele próprio, objeto de nosso discurso – seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento.

Aquino e Val (2018) afirmam que, na linha de pensamento de Michel Foucault, o arquivo é constituído por um conjunto de disposições que, em um contexto social específico e em um determinado momento, definem os limites do que pode ser expresso, moldando os contornos dinâmicos dos regimes de enunciabilidade. Isso resulta em um processo contínuo de apropriação e reativação de certos enunciados. De um lado, os elementos de um arquivo representam discursos elaborados em um determinado contexto histórico; do outro, o que importa não é a veracidade ou falsidade desses discursos, mas sim a maneira como foram articulados e a legitimidade que adquiriram. Nesse sentido, Aquino e Val (2018) argumentam que o arquivo é caracterizado pela sua capacidade de produzir verdades, o que envolve não apenas a definição das fronteiras entre o verdadeiro e o falso, mas também aquelas entre o que é pensável e o que é impensável dentro de um espaço-tempo específico.

Realizar uma pesquisa arquivística à luz das ideias de Michel Foucault implica problematizar o que pode ser atualizado, dito, interligado e disperso. Essa análise vai além de adições e acumulações; trata-se de desestabilizar a regularidade, os resultados e os territórios discursivos previamente estabilizados ou institucionalizados (Munhoz; Aquino, 2020). Nesse sentido, o arquivo investigativo é fruto desse labor minucioso: a organização e reorganização dos dados provenientes das fontes escolhidas para tal fim (Aquino, 2023). Segundo Aquino e Val (2018), há em Michel Foucault duas dimensões do arquivo: uma que se volta para a produção histórica de determinadas discursividades e outra para a sua ativação no presente. Os autores chamam essas duas faces de arquivamento e arquivização. O arquivamento está

relacionado ao trabalho com fontes documentais de um determinado tema, incluindo processos de classificação, organização, reorganização e constituição de séries documentais, etc. Aquino e Val (2018) esclarecem que esse processo envolve uma reordenação transversal dessas fontes, onde (re)montagens são feitas para preencher lacunas discursivas, respondendo a questões concretas que o arquivo abriga e organiza ao longo do tempo.

O segundo procedimento, relacionado à arquivização, remete à imaginação recriadora. Como apontam Aquino e Val (2018), a arquivização não se limita ao contato com documentos inertes da história, mas abrange também potências ativas que atuam como pontos de inflexão, gerando mobilizações e ressonâncias devido à sua capacidade de provocar desvios. Esse processo pode ser comparado ao que Didi-Huberman (2013) define como montagem, remontagem e imaginação, em que o arquivista se torna um remontador de tempos perdidos - tempos que, embora não estejam mais presentes, continuam a impactar nossa contemporaneidade mais imediata. O processo se inicia com o manuseio de um extenso conjunto de documentos, seguido pela sistematização dos enunciados, que permite destacar peças-chave e elementos adjacentes. Assim, a arquivização requer uma operação transversal com o arquivo, promovendo sua recriação, atualização e revelação de lacunas e descontinuidades.

Neste movimento de arquivização empírico, o pesquisador adota uma abordagem criativa, uma vez que diversos elementos podem emergir de um arquivo. Assim, é por meio dos arquivos que se estabelece uma forma de evidenciar o que foi expresso. A análise dos arquivos demanda uma atenção contínua sobre o que se revela durante o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Aquino e Val (2018), é o próprio arquivo que orientará o percurso investigativo, não o desejo de explicação do pesquisador. Trata-se, portanto, de uma exploração cuidadosa do que se manifesta em torno do que é dito/visto. Assim, o trabalho com as dissertações e teses rastreadas será orientado pelos procedimentos de arquivamento - entendido como a reorganização estratégica e transversal das fontes - e de arquivização, que diz respeito à ativação criativa e analítica de enunciados latentes, operando fissuras nos discursos hegemônicos e instituindo novas possibilidades de visibilidade (Aquino; Val, 2018).

O arquivamento empírico

No âmbito do estrato empírico - que se trata das materialidades discursivas (teses, dissertações, enunciados) que compõem o arquivo investigativo - o arquivamento é o

procedimento inicial. Segundo Aquino (2018), essa etapa procura estabelecer um percurso argumentativo que se fundamenta principalmente em dados empíricos relacionados aos problemas abordados na pesquisa. A fim de mapear a produção acadêmica relacionada à temática da escolarização de famílias migrantes e refugiadas no Brasil, realizou-se uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em março de 2025, sem delimitação temporal. No que se refere à escolha da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como repositório de pesquisa, esta se justifica por sua relevância enquanto fonte de dados e pela abrangência de seu acervo, que reúne produções acadêmicas de diferentes instituições brasileiras de ensino superior. Além disso, a familiaridade dos autores com pesquisas já realizadas na BDTD facilitou o desenvolvimento metodológico do estudo. Optou-se por não utilizar o repositório da CAPES, pois embora este também seja uma fonte extremamente relevante de teses e dissertações, compreendemos que a BDTD permite maior facilidade de busca direta nos repositórios das instituições participantes, possibilitando o acesso ao texto integral de forma mais ágil.

Inicialmente, utilizaram-se os descritores “*escola*”, “*família*” e “*migrantes*”, resultando em 113 produções (72 dissertações e 41 teses). Destas, apenas duas foram selecionadas com base nos critérios de inclusão: pertinência à área da Educação e aderência à problemática investigada. As demais foram excluídas por não abordarem diretamente a relação entre escola e migração.

Na segunda etapa, com o objetivo de refinar o escopo temático, acrescentou-se o descritor “*acolhimento*” à busca anterior, o que resultou em 17 produções (14 dissertações e 3 teses). Após nova triagem, apenas uma produção atendeu aos critérios estabelecidos. Por fim, uma terceira busca com os descritores “*escola*”, “*família*” e “*refugiados*” não apresentou resultados inéditos, apenas duplicações de trabalhos já localizados nas etapas anteriores.

Assim, o corpus final da análise compreendeu três produções acadêmicas: duas dissertações e uma tese, distribuídas entre diferentes programas de pós-graduação, evidenciando um interesse ainda pontual e incipiente da área da Educação sobre o tema.

São elas:

- Alexsandro Junior de Santana (2020) - *Portas abertas, janelas fechadas: um estudo de caso sobre imigrantes e refugiados em uma escola pública*, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho.

- Raylane Ryara dos Santos Mesquita (2022) - *Acolhimento de crianças e famílias migrantes e/ou refugiadas nas escolas municipais de São Paulo: formação docente humanizadora*, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Mariane Lins (2024) - *Além das fronteiras: processos de escolarização de crianças venezuelanas em uma escola pública brasileira*, dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

As datas de defesa (2020, 2022 e 2024) indicam a recente emergência da temática no campo educacional brasileiro, além de revelarem uma dispersão institucional, com cada trabalho vinculado a um programa distinto. Essa constatação reforça o caráter emergente e ainda fragmentado das investigações sobre o acolhimento escolar de famílias migrantes e refugiadas no Brasil.

Para aprofundar a compreensão dessa operação do trabalho, Aquino e Val (2018) explicam que o intuito é mapear a concretude da superfície dos enunciados registrados, analisando suas conexões estratégicas, emergências, descontinuidades e temporalidades. No âmbito do arquivamento, é importante reconhecer que as categorias são fluidas; o que realmente importa são as montagens e remontagens realizadas com os materiais, pois elas nos permitem vislumbrar os dinâmicos processos da produção discursiva quanto à temática da escola enquanto espaço de acolhimento às famílias migrantes.

Importante destacar que, com um enfoque na exterioridade, a análise não se volta para o sujeito que enuncia, mas sim para o que é dito a partir da posição do sujeito de onde a enunciação acontece. Para além da não importância do sujeito que enuncia - já que este também é atravessado por regimes de verdade -, destacamos que nossa aposta reside mais no potencial problematizador das análises do que na quantidade ou extensão dos trabalhos examinados.

Arquivização

Como último passo empírico da pesquisa, realizamos a arquivização (Aquino; Val, 2018) - um procedimento de montagem-remontagem-imaginação, conforme Didi-Hubermann (2013). Essa abordagem representa uma forma criativa de revelar nossas produções sobre o tema e de pensar como elas podem ser problematizadas no presente. Ao final desse processo,

esperamos retornar às questões levantadas nesta pesquisa, não para respondê-las, mas para continuar explorando-as.

A proposta consistiu em adotar um método inventivo que visa destacar os resultados obtidos e inventariar as maneiras pelas quais as produções acadêmicas (teses e dissertações) abordam a questão das relações entre escolas e famílias migrantes. A inventariação, nesse contexto, significa uma estratégia de exploração do material capturado. Munhoz e Aquino (2020) apontam que, por meio desse procedimento, temos a possibilidade de articular descobertas anteriores sem depender de categorias predefinidas; ao contrário, buscamos desafiar a lógica dos sistemas de classificação convencionais. Assim, a abordagem da inventariação volta-se para aspectos que escapam às classificações tradicionais, permitindo a criação de novos enquadramentos de forma contínua e dinâmica (Munhoz; Aquino, 2020).

Durante esta parte da pesquisa, a imaginação e criação se fizeram presentes, considerando que a pesquisa arquivística não segue um roteiro elaborado e predefinido, possibilitando assim a formação de um novo texto a partir dos excertos tirados do arquivo. Esta combinação de excertos possibilita uma visão da discursividade educacional em andamento sobre o tema.

Como mencionado anteriormente, o arquivo inicial é formado por 3 produções, vinculadas à área de Educação e correlatas da BDTD, sendo 2 dissertações e 1 tese. A partir desse arquivo, desenvolveu-se uma estratégia para abri-lo, buscando identificar agrupamentos e aproximações discursivas. Inicialmente, apenas arquivamos os resumos dos trabalhos, no entanto, para dar continuidade à pesquisa, tornou-se necessário consultar os trabalhos completos.

Assim, foram inventariadas aproximações entre as produções. Este processo não apresenta linearidade, nem busca interpretar o significado dos fragmentos discursivos; consiste apenas em aproximações fundamentadas em critérios definidos. Poderiam ter sido utilizados outros critérios, outras conexões e outros fragmentos. Os temas dos agrupamentos foram extraídos das diversas leituras realizadas no arquivo, caracterizadas por serem intermitentes e não lineares, sempre buscando momentos significativos de reflexão. O que se repete, se aproxima e retorna nesse arquivo? Nesse contexto, Aquino (2023) destaca que todo o processo de arquivização se baseia na recriação, limitando-se à montagem e remontagem dos enunciados. O que se torna relevante, portanto, é o trabalho de edição, ou

seja, o reordenamento seletivo do material disponível conforme uma determinada intenção. Dessa forma, a inventariação que se segue oferece uma amostra das discursividades em torno da relação existente entre as instituições educacionais brasileiras e as famílias migrantes, pautada nos princípios de acolhimento.

Um olhar sobre o arquivo

Das produções do arquivo foram tirados excertos que, basicamente, se tornaram relevantes no limiar da leitura e que respondiam à problemática de pesquisa. Este tipo de organização, sem vistas à interpretação do que é exposto, mas somente para trazer à tona a forma como a temática está sendo abordada. De acordo com Aquino e Val (2018), a pesquisa arquivística não se destina à interpretação dos textos selecionados, visto que o arquivo deve ser percorrido evitando-se a busca por significados ocultos ou perdidos, e sem tentar legitimá-los ou deslegitimá-los.

Segundo Aquino e Val (2018), um único arquivo pode gerar diversas configurações, dependendo das questões e das abordagens de leitura adotadas pelo pesquisador. Nesse sentido, o arquivo utilizado em uma investigação representa apenas uma entre as várias virtualidades de leitura, extração, criação e reconstituição que o arquivista pode realizar. Assim, sempre haverá uma leitura arquivística contínua de um determinado arquivo.

Iniciamos a análise a partir da dissertação de Mesquita (2022), intitulada *Acolhimento de crianças e famílias migrantes e/ou refugiadas nas escolas municipais de São Paulo: formação docente humanizadora*. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, cujo objetivo principal consistiu na identificação e análise de fundamentos legais e teóricos que orientam a formação de professores para o acolhimento de crianças e famílias em situação de migração. A autora fundamenta sua investigação em referenciais teóricos da historicidade da Educação Infantil a partir de Philippe Ariès, Dermeval Saviani, Moysés Kuhlmann Jr., Maria Campos, Fúlvia Rosemberg e Isabel Ferreira. No que se refere à formação docente, tanto inicial quanto continuada, mobiliza os estudos de Marina Feldmann, Paulo Freire, Francisco Imbernón e António Nóvoa.

A motivação empírica da pesquisa emerge da experiência da autora com crianças migrantes, especialmente bolivianas e haitianas, no contexto escolar. Essa vivência proporcionou não apenas um envolvimento afetivo e profissional com a temática, mas também a identificação das dificuldades enfrentadas por essas famílias. Tais dificuldades se

manifestam, sobretudo, na barreira linguística e na limitada participação nas dinâmicas escolares. Adicionalmente, Mesquita (2022) evidencia a insegurança manifestada por seus pares docentes diante do desafio de acolher adequadamente essas famílias, o que mostra uma lacuna formativa no âmbito da educação intercultural. Nesse sentido, a autora enfatiza a urgência e a pertinência de investigações acadêmicas voltadas à formulação de estratégias de acolhimento, articuladas a processos formativos sensíveis às especificidades socioculturais da população migrante. Nas suas palavras,

As escolas públicas, especificamente na área de Educação Infantil, em sua maioria, não têm formação qualificada para o acolhimento destes migrantes nem métodos para receber estas crianças e mediar conversas com as famílias. A importância da pesquisa, principalmente no que tange à formação dos professores é o ponto fundante para mudanças e transformações (Mesquita, 2022, p. 14).

Através da análise de documentos do município de São Paulo, Mesquita (2022) destaca duas iniciativas institucionais voltadas ao acolhimento de famílias migrantes. A primeira, intitulada *O Projeto Portas Abertas*, foi implementada em 2017 com o objetivo de promover o ensino da língua portuguesa a migrantes, por meio de aulas ofertadas nos contraturnos das escolas municipais. A segunda, lançada pela Secretaria Municipal de Educação em junho de 2021, denominada *Currículo da Cidade: Povos Migrantes* e enfatiza a centralidade do processo de matrícula como momento-chave para o acolhimento, destacando os desafios linguísticos enfrentados por essas famílias. Este documento propõe a utilização de questionários traduzidos para os idiomas dos grupos migrantes (Mesquita, 2022). No que se refere à formação docente, a autora destaca a Recomendação nº 03/2019, emitida pelo Conselho Municipal de Educação (CME), a qual estabelece diretrizes para o acolhimento de estudantes migrantes e suas famílias.

Seu Artigo 8º determina que todas as Unidades Educacionais devem assegurar a formação contínua dos profissionais da educação, orientada para a efetivação do acolhimento e a promoção da inclusão de todos (Mesquita, 2022). A partir dessa investigação, a autora percebe que os documentos produzidos pela prefeitura de São Paulo funcionam como referenciais normativos e político-pedagógicos fundamentais à estruturação das práticas de acolhimento de migrantes, tanto nos espaços escolares quanto em instâncias extramuros. Tais diretrizes destacam a formação docente como eixo estruturante dessas políticas e salientam a importância de estratégias de recepção voltadas às crianças migrantes

e suas famílias, com ênfase na mediação linguística e na oferta do português como língua de inserção. Essas ações contribuem para ampliar o acesso à educação e favorecem uma adaptação gradual dos sujeitos migrantes ao ambiente escolar, à comunidade local e à sociedade de acolhida como um todo (Mesquita, 2022).

Além disso, Mesquita (2022) ressalta a importância da formação continuada como mecanismo para assegurar a familiaridade dos docentes com a temática da inclusão de alunos e famílias migrantes, bem como para propiciar o embasamento necessário à implementação de práticas pedagógicas humanizadoras que valorizem as singularidades desses sujeitos. Por meio da formação permanente, os professores podem ser instigados a revisar suas práticas pedagógicas e a desenvolver estratégias de atuação, aptas a responder às demandas emergentes dos contextos multiculturais. Considera-se que os professores, enquanto agentes potenciadores e mediadores do conhecimento desde as primeiras fases do desenvolvimento humano, necessitam de formação contínua, concebida como vetor de transformação social e educacional em um mundo caracterizado por dinamicidade e diversidade cultural. Nesse sentido, o conhecimento de si e a compreensão intercultural extrapolam os aspectos culturais, alcançando dimensões da condição humana. Diante disso, torna-se necessário almejar uma formação docente que confronte processos excludentes e que também fortaleça a efetivação da “conquista de uma educação de qualidade e equalitária” (Mesquita, 2022, p. 78).

No que se refere às estratégias de acolhimento escolar às famílias migrantes, Mesquita (2022) enfatiza que tais práticas precisam ser instauradas desde o início do ano letivo, com o primeiro contato entre a escola e as famílias com vistas à construção de vínculos afetivos. Neste contexto, a autora destaca algumas iniciativas que podem ser adotadas pelas escolas que possuem alunos migrantes, favorecendo a comunicação entre a instituição e as famílias. Entre essas, a tradução dos documentos escolares - tais como comunicados, pautas de reuniões e relatórios individuais - permitindo a superação de barreiras linguísticas e o entendimento pleno das atividades realizadas pela escola. Outra estratégia de acolhimento é a incorporação de atividades relacionadas às culturas das famílias migrantes na rotina escolar, reconhecendo e valorizando as pluralidades presentes. Mesquita (2022) reforça que essas ações precisam estar integradas aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das instituições de

ensino que atendem populações migrantes, assegurando, assim, a institucionalização das práticas inclusivas.

Considerando os atuais fluxos migratórios e a crescente heterogeneidade dos contextos escolares brasileiros, torna-se imperativa a adoção de estratégias de acolhimento, bem como a consolidação de bases legais que orientem a formação docente voltada para o atendimento às famílias migrantes. Embora a formulação de políticas públicas não assegure, por si só o acolhimento, tais diretrizes podem oferecer os alicerces normativos e ético-pedagógicos para a construção de práticas educativas que conjuguem qualidade, respeito à diversidade e metodologias dialógicas voltadas ao desenvolvimento integral. Nesse sentido, Mesquita (2022), ao dialogar com os pressupostos de Zygmunt Bauman, enfatiza que os processos migratórios contemporâneos precisam ser compreendidos como expressões de uma mundialização marcada por profundas desigualdades e por uma crise humanitária persistente. Ainda que não haja soluções simples para os deslocamentos forçados que caracterizam esse cenário, é possível mitigar algumas de suas implicações mais adversas através de políticas e práticas de acolhimento pautadas na solidariedade e no reconhecimento da dignidade humana. A escola, nesse contexto, se constitui como um espaço para o exercício de práticas humanizadoras, capazes de promover a escuta, o reconhecimento e a valorização do outro a partir de sua singularidade e de sua condição humana.

Aproximando-se dos ideais de uma educação humanizadora, a tese de Santana (2020), *Portas abertas, janelas fechadas: um estudo de caso sobre imigrantes e refugiados em uma escola pública*, busca compreender as estratégias adotadas por docentes no acolhimento de estudantes migrantes e refugiados, a partir de entrevistas realizadas com professores de uma escola na cidade de São Paulo. Embora o foco principal da pesquisa esteja centrado nos processos de acolhimento dirigidos aos alunos, o autor amplia sua análise para incluir também as famílias desses sujeitos, ancorando-se teoricamente no pensamento complexo de Edgar Morin, nas proposições de Zygmunt Bauman sobre a convivência solidária e na concepção de convivência como direito humano, conforme defendido por Albuquerque Júnior. Essas referências teóricas possibilitaram um entendimento sobre o acolhimento não apenas como um gesto educativo ou administrativo, mas como um direito fundamental dos migrantes e

refugiados. Ao mesmo tempo, favorecem uma compreensão da condição humana, pautada na capacidade de ser, estar e permanecer em qualquer território.

Nesse horizonte, Santana (2020) perscruta o significado do termo "acolhimento", que evoca a busca por refúgio ou abrigo, mas que também pode ser interpretado em um sentido mais abrangente, associado à hospitalidade - ao ato de receber e de ser recebido com dignidade. O autor dialoga com os argumentos de Zygmunt Bauman, que observa que os sujeitos em deslocamento - compulsório ou voluntário - enfrentam a ruptura com vínculos afetivos, redes sociais e, muitas vezes, com sua própria identidade. Ao alcançar o destino final, essas pessoas depositam a esperança em uma acolhida que lhes restitua a dignidade - um processo que, conforme destaca o autor, pode ser longo e desafiador. Sob essa perspectiva, os sujeitos migrantes e refugiados não se reduzem a categorias demográficas ou jurídicas: são famílias compostas por adultos, jovens e crianças que, embora frequentemente identificados apenas pelos marcadores migratórios, portam identidades múltiplas, trajetórias singulares e projetos de vida ancorados em distintas referências culturais.

Assim, no contexto brasileiro, além dos múltiplos desafios que atravessam os processos de deslocamento, crianças e famílias migrantes enfrentam outros percalços, sobretudo no que tange à inserção e integração nos espaços escolares. Santana (2020, p. 62) salienta que o novo território impõe às crianças e seus familiares uma série de exigências e adversidades adicionais, tais como “língua, documentação, emprego, moradia, enfim, uma série de adversidades que se somam às já existentes”. Diante desse panorama, a escola emerge como um espaço de acolhimento às populações migrantes, funcionando não apenas como instância de mediação cultural, mas também como locus de reconstrução simbólica e projeção de novos horizontes. Como observa a autora, “no Brasil, mesmo com as limitações que existem na Educação, ela ainda é uma instituição que permite sonhar novamente” (Santana, 2020, p. 88).

Para além do acolhimento inicial, a escola pode se constituir como um lugar social estratégico, garantindo o acesso à informação e aos direitos fundamentais, condição indispensável para a plena inserção dos sujeitos migrantes na sociedade de destino. Nesse sentido, um dos docentes entrevistados por Santana (2020) destaca a relevância de práticas pedagógicas voltadas à conscientização dos estudantes migrantes e, por extensão, de suas famílias. Por meio de diálogos frequentes, o professor enfatiza temas ligados aos direitos

sociais - como o acesso à educação, à moradia e à alimentação digna -, compreendendo que “a escola é um lugar em que eles aprendem sobre o Brasil e, ao partilharem com outros que se encontram na mesma situação, cria-se uma rede de informações que auxilia na busca de direitos e serviços dos quais eles, às vezes, não têm nenhum conhecimento” (Santana, 2020, p. 101).

Em consonância com os achados de Mesquita (2022), Santana (2020) também identificou que um dos principais entraves na relação entre a escola e as famílias migrantes reside na dificuldade de compreensão de documentos e comunicados institucionais. Tais obstáculos manifestam-se em procedimentos cotidianos, como solicitações de vagas, matrículas, transferências e recados escolares. Atenta a essa problemática, a autora desenvolveu, no âmbito de sua pesquisa, um folheto explicativo - com versões em português, inglês e francês -, com o objetivo de apoiar as famílias migrantes haitianas, sírias, congolesas e venezuelanas vinculadas à escola investigada. Conforme descreve: "No intuito de orientar os procedimentos para solicitar os documentos desejados. O folheto é uma tentativa da escola para ajudar no processo de acolhida" (Santana, 2020, p. 107).

Passamos, agora, à análise da dissertação de Lins (2024), intitulada *Além das fronteiras: processos de escolarização de crianças venezuelanas em uma escola pública brasileira*. Trata-se de um estudo de caso em que a autora entrevistou famílias migrantes venezuelanas e profissionais da denominada Escola das Flores (nome fictício), situada na cidade de São José dos Pinhais, no estado do Paraná. A investigação ancora-se teoricamente nos pressupostos de Abdelmalek Sayad e Mathieu Ichou, considerando a contribuição desses autores para a compreensão dos processos migratórios contemporâneos, bem como nas formulações de François Dubet e Danilo Martuccelli, que abordam criticamente o lugar da escola como espaço de inclusão e exclusão social no contexto das migrações.

A autora buscou compreender dimensões específicas da escolarização que estão diretamente atravessadas pela experiência migratória ou por ela condicionadas. Entre os aspectos analisados, destacam-se: o desempenho escolar dos alunos migrantes, a interação destes com os pares brasileiros, e os desafios e possibilidades que emergem na interlocução entre a instituição escolar e as famílias venezuelanas. De modo preliminar, os dados empíricos provenientes das entrevistas com as famílias indicam a emergência de duas principais vias de sentido: uma relacionada ao acolhimento afetivo demonstrado pelos profissionais da

instituição e outra que evidencia lacunas na comunicação institucional e na efetiva participação das famílias migrantes. Parte das famílias entrevistadas expressou reconhecimento e apreço pela postura acolhedora dos profissionais escolares, ressaltando sua sensibilidade e o comprometimento com o bem-estar das crianças. Uma das mães relatou:

Eu como mãe, quando olho, vejo o Raul quando passa no portão e diz: “Bom dia diretora” e ela recebe ele com um abraço. E aí eu como mãe, eu olho e penso: Meu Deus, na Venezuela não fazem isso. Isso é carinho, é amor para as crianças, porque não é só com meu filho. Muitas crianças passam por ali e todos abraçam a diretora. (Lins, 2024, p. 153).

Este relato mostra um dos pilares do acolhimento: a forma como a recepção da criança ou jovem migrante na escola repercute diretamente sobre sua família, que, ainda que indiretamente, também se sente acolhida pela instituição. Sob a perspectiva das docentes da Escola das Flores, torna-se fundamental que o acolhimento não se restrinja aos protocolos formais, mas que se configure como um processo contínuo, ético e dialógico ao longo de todo o ano letivo. Para tanto, é necessário desenvolver um trabalho coletivo pautado pela escuta sensível, pela empatia e pelo engajamento em práticas que ultrapassem os limites da burocracia escolar. Isso implica compreender as especificidades de cada família migrante e oferecer suporte efetivo diante das demandas que se apresentem. Nessas situações, a escola precisa romper com a rigidez dos protocolos institucionais e posicionar-se de maneira crítica e propositiva, intervindo para além das diretrizes pedagógicas convencionais. A compreensão das professoras sobre o acolhimento escolar traduz o ideal de escola inclusiva que precisa orientar as práticas educativas em contextos marcados por fluxos migratórios contemporâneos (Lins, 2024).

Nesta ruptura com perspectivas convencionais, Lins (2024) destaca a necessidade de uma compreensão das diferenças e especificidades que caracterizam as famílias migrantes - no que se refere aos percursos e estratégias migratórias que, por sua vez, se relacionam com os processos de escolarização de seus filhos. Alinhada a essa perspectiva, a autora refuta a noção essencialista de que famílias oriundas de uma mesma trajetória migratória compartilham objetivos ou experiências homogêneas. Tal posicionamento justifica e sustenta sua decisão metodológica de buscar o contato direto com as famílias, por meio do diálogo, com vistas a conhecer as realidades nas quais estão inseridas e compreender os processos de recepção e adaptação no contexto escolar. Desta forma, o diferencial de sua abordagem

reside na escuta dos múltiplos lados envolvidos, o que amplia os horizontes investigativos e aprofunda a compreensão das percepções dos sujeitos centrais da relação escolar. Essa escuta qualificada também configura uma prática de acolhimento, ao oferecer às famílias um espaço legítimo para expressarem suas expectativas em relação à educação formal.

Assim como outras pesquisas anteriormente mencionadas, a análise realizada por Lins (2024) evidencia aspectos positivos na interlocução entre escolas e famílias migrantes. Contudo, a partir do contato direto com esse contexto, a autora também destaca desafios, zonas de tensão e potencialidades, contribuindo com importantes apontamentos sobre as vivências das famílias no processo de inserção na Escola das Flores. Tais questões, segundo a autora, não devem ser interpretadas de forma simplista ou exclusivamente negativa, pois encerram elementos que podem fomentar reflexões críticas acerca das bases que sustentam a relação entre a escola e as famílias migrantes. Um desses desafios foi relatado por uma mãe, que apontou dificuldades de comunicação e envolvimento no cotidiano escolar, expressando o desejo de acompanhar os conteúdos trabalhados com sua filha e sugerindo alternativas viáveis, como a criação de grupos de WhatsApp para estreitar a relação escola-família. Outra mãe mencionou sua frustração diante da ausência de uma reunião presencial com os responsáveis, substituída por um bilhete na agenda, experiência que gerou sentimentos de insatisfação e invisibilidade.

Além das críticas, surgiram sugestões construtivas para a qualificação do acolhimento institucional. Uma mãe compartilhou a experiência vivida em Manaus: “em Manaus, havia um grupo de pais venezuelanos na escola que auxiliava em todos os processos com as professoras e a escola. Ela sente falta desse tipo de suporte no ambiente escolar atual, onde mediadores culturais poderiam ajudar a conectar as duas culturas” (Lins, 2024, p. 156). Essa mediação, conforme pontua a autora, seria benéfica, sobretudo no momento de ingresso das famílias na escola, dada a necessidade de superação mútua das barreiras linguísticas.

As professoras entrevistadas também ressaltam a carência de formação continuada voltada ao atendimento de alunos migrantes e à integração efetiva de suas famílias no cotidiano escolar. Diante dessa lacuna, observa que as práticas pedagógicas são pautadas na improvisação, no instinto de adaptação e na resiliência compartilhada entre docentes, alunos e familiares. A diretora da escola destaca, por sua vez, uma forma de solidariedade entre as próprias famílias migrantes: aquelas com maior tempo de residência na cidade assumem um

lugar de apoio às recém-chegadas, especialmente no que diz respeito à realização de matrículas e à circulação de informações relevantes. Outro aspecto evidenciado diz respeito à participação ativa das famílias migrantes nas atividades escolares. Elas marcam presença em eventos promovidos pela escola e demonstram constante preocupação com o desempenho das crianças. Ainda que enfrentem dificuldades de compreensão dos conteúdos escolares e restrições de tempo decorrentes de extensas jornadas de trabalho, as famílias se empenham, de modo visível, para acompanhar e se apropriar do processo de escolarização dos filhos - esforço que, segundo Lins (2024), precisa ser reconhecido e valorizado em sua singularidade migratória.

Por fim, em articulação com o método de arquivo de Foucault, as três pesquisas analisadas podem ser compreendidas como produções de saber que operam sobre e com os discursos do acolhimento. Elas constroem um arquivo vivo e em disputa, no qual emergem termos como *famílias migrantes*, *formação docente*, *práticas humanizadoras*, *integração*, *tradução*, *convivência solidária*, *direitos* e *histórias de vida*. Nenhum destes termos é absoluto, mas todos se entrelaçam, afastam-se e reaproximam-se, compondo um tecido discursivo heterogêneo e potente. Assim, ao considerar as práticas de arquivamento e arquivização, a análise realizada mostra os dispositivos formais que regulam o acolhimento escolar e os gestos ético-políticos que o instituem no cotidiano das escolas. Tais gestos constituem fissuras no arquivo, apontando para a possibilidade de uma escola que não apenas receba, mas que reconheça, escute e coexista com as alteridades que a compõem.

As três pesquisas analisadas constituem enunciados que produzem, reiteram e tensionam discursos sobre o acolhimento de famílias migrantes no espaço escolar. Trata-se de práticas discursivas que não apenas registram experiências, mas também intervêm na tessitura dos regimes de verdade que autorizam determinadas formas de visibilidade, de escuta e de ação nos contextos educacionais. Os estudos de Mesquita (2022), Santana (2020) e Lins (2024) conformam, assim, um arquivo em movimento, no qual a noção de acolhimento não se estabiliza, mas se transforma à medida que é reinscrita em situações concretas, em normativas institucionais e em práticas pedagógicas.

Ao convocarem termos como “formação docente”, “tradução”, “convivência solidária”, “mediação cultural” e “dignidade humana”, essas dissertações operam como peças arquivísticas que nos permitem mapear os modos pelos quais a escola pública brasileira

vem sendo convocada a reconfigurar-se frente aos deslocamentos populacionais contemporâneos.

Os termos emergentes das pesquisas mostram, por um lado, aspectos positivos relacionados à temática investigada e, por outro, evidenciam lacunas no sistema de ensino brasileiro, especialmente no que se refere à diversidade cultural e linguística trazida pelos contextos migratórios. A educação para a diversidade assume múltiplos significados quando inserida no contexto migratório, especialmente porque muitas das pessoas que migram se encontram em situação de vulnerabilidade. Mbembe (2017) discute as transformações no conceito de igualdade universal, caracterizando a contemporaneidade como um período marcado pela recusa à convivência e ao compartilhamento. Segundo o autor, vivemos em um mundo cada vez mais violento, estruturado por desigualdades e injustiças. Para que a universalidade seja alcançada, é necessário promover a partilha e o co-pertencimento, reconhecendo que habitamos um único mundo, cujo espaço deve ser compartilhado por todos. O deslocamento entre diferentes territórios precisa ser compreendido como um fenômeno natural, capaz de possibilitar encontros que promovam a construção de laços baseados na solidariedade e no desprendimento - nunca na indiferença. Mbembe (2017, p. 247) denomina essa dinâmica de “ética do passante”, na qual a constituição do sujeito no mundo não está ligada ao local de nascimento, à origem ou à raça, mas sim ao “trajecto, à circulação e à transfiguração”.

Esse clamor por justiça, solidariedade e dignidade também se encontra nas palavras de Bauman (1999), ao destacar a importância de questionar as premissas tidas como inquestionáveis que estruturam nosso modo de vida. É essencial falar, indagar e ousar desafiar tudo aquilo que contraria os ideais de universalidade, de direitos humanos e de acolhimento mútuo. Afinal, como adverte o autor, “o preço do silêncio é pago na dura moeda corrente do sofrimento humano” (Bauman, 1999, p. 11).

Ainda nesse campo, recorremos ao pensamento de Candau (2008), que defende uma educação voltada para a interculturalidade crítica, como forma de reconhecer e valorizar o outro por meio do diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Essa proposta educativa promove a negociação cultural e enfrenta os desafios relacionados à assimetria de poder entre os diversos grupos socioculturais. Candau (2009) aprofunda essa perspectiva, propondo a interculturalidade crítica como uma ferramenta pedagógica que questiona

processos de racialização, subalternização, inferiorização e os padrões de poder que sustentam as desigualdades existentes. A autora destaca que o reconhecimento das distintas formas de ser, viver e saber possibilita a criação de condições que favorecem uma articulação dialógica das diferenças, com o objetivo de alcançar um “marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras” (Candau, 2009, p. 24).

No âmbito da educação intercultural, além da criação de políticas públicas, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com as especificidades culturais e linguísticas desses alunos, promovendo um ambiente escolar acolhedor que valorize a diversidade. Nessa perspectiva, a proposta de renovação do campo de formação docente defendida por Nóvoa (2022) é relevante. Segundo o autor, vivemos um período de metamorfose na educação, que exige novas posturas e transformações contínuas. Em vez de mudanças impostas por lógicas centralistas, defende-se que sejam os próprios professores, a partir de suas realidades e experiências locais, a impulsionar esse processo de renovação. Para Nóvoa (2022), a escola é um espaço de diversidade, e a educação se constrói na diferença, por meio do trabalho colaborativo entre professores e comunidade. Por isso, ressalta importância da relação entre escolas e famílias - a primeira como espaço público e a segunda como espaço privado - promovendo a complementaridade entre essas duas esferas fundamentais na formação humana.

Compreende-se que o fenômeno migratório ultrapassa o deslocamento físico, constituindo-se como uma experiência permeada por disputas, exclusões históricas e negações de pertencimento. Para compreender de forma mais ampla as raízes e desdobramentos desse processo, é imprescindível adotar uma perspectiva crítica que desestabilize os paradigmas coloniais ainda presentes nas relações sociais, políticas e educacionais. Walsh (2013) enfatiza que, no contexto sul-americano contemporâneo, é fundamental retomar a pedagogia em sua dimensão prática, entendendo-a como instrumento para fomentar pensamentos, posturas e compreensões críticas decoloniais. Os pressupostos da teoria decolonial permitem a construção de uma perspectiva que ultrapassa as categorias de raça ou etnia, possibilitando o acolhimento de diferentes sujeitos em um mesmo espaço, sem a imposição de hierarquias que releguem alguns à condição de

estrangeiros ou conquistados, enquanto outros se colocam como dominantes. Essa teoria apresenta princípios que se contrapõem fortemente aos mecanismos de exclusão enfrentados por imigrantes e refugiados, especialmente em sociedades que ainda manifestam tendências xenofóbicas. Desta forma, é a partir das teorias decoloniais, das pedagogias do acolhimento e dos ideais da interculturalidade crítica que se abrem possibilidades para (re)pensar a formação docente, as práticas institucionais e os espaços escolares como territórios de escuta e reconhecimento para os estudantes migrantes e suas famílias.

Nesse sentido, o trabalho de arquivamento e arquivização, conforme delineado por Aquino e Val, revela-se fundamental para compreender a constituição e circulação desses discursos no interior dos Programas de Pós-Graduação em Educação. O que está em jogo não é apenas o mapeamento de práticas institucionais, mas a problematização dos efeitos de verdade que esses discursos produzem quando se inscrevem no campo da formação docente e nas políticas públicas voltadas à população migrante. As dissertações e teses, ao se constituírem como artefatos de saber, também funcionam como dispositivos de produção de subjetividades docentes, escolares e familiares, configurando modos específicos de ver, dizer e agir frente à alteridade. Assim, o que se arquia não é apenas o conteúdo empírico das experiências relatadas, mas sobretudo os modos de enunciação que autorizam tais experiências a serem ditas, registradas e legitimadas como campo legítimo de saber-poder.

Portanto, o exercício analítico realizado a partir dessas dissertações evidencia como o acolhimento escolar de famílias migrantes é atravessado por disputas de sentido e regimes de visibilidade que operam tanto nas micropolíticas escolares quanto nas instâncias institucionais mais amplas. As práticas documentadas nesses estudos nos interpelam a pensar a escola não como espaço neutro de integração, mas como território de embates, de resistências e de invenções. Ao produzirem um arquivo que testemunha as urgências, as ausências e as possibilidades do presente, essas pesquisas mobilizam a educação como campo de tensionamento político e ético, no qual se jogam não apenas o acesso e a

permanência, mas também a possibilidade de uma convivência fundada na escuta, na hospitalidade e no reconhecimento da diferença como potência formativa.

Considerações finais

Essa investigação, ancorada na abordagem arquivística foucaultiana e fundamentada nos procedimentos metodológicos de arquivamento e arquivização (Aquino; Val, 2018), permitiu delinear os contornos discursivos que configuram a temática do acolhimento escolar às famílias migrantes no Brasil contemporâneo. Ao operar com um arquivo composto por três produções acadêmicas - duas dissertações e uma tese - foi possível evidenciar os enunciados que emergem desses produtos e os modos pelos quais tais discursos se entrelaçam, tensionam e (re)constroem racionalidades educacionais em torno da alteridade, da hospitalidade e da formação docente.

A escassez de produções identificadas, apesar da relevância e da atualidade do tema, já constitui, por si só, um dado significativo. Esse apagamento parcial no campo da pesquisa educacional evidencia um desafio epistemológico e político: o de reconhecer, tematizar e legitimar a experiência migrante como objeto digno de atenção científica, sobretudo em sua interface com o espaço escolar. As três produções analisadas, embora diversas em seus enfoques e metodologias, convergem em apontar a centralidade da escola como *locus* privilegiado de acolhimento, mediação e (re)construção simbólica das subjetividades migrantes - inclusive das famílias, frequentemente invisibilizadas nas políticas e práticas institucionais.

Através da operação arquivística, foi possível cartografar práticas discursivas que vão além da reprodução normativa. Elas configuram deslocamentos interpretativos e ético-políticos capazes de mobilizar os sentidos do que se entende por "acolher" em contextos escolares marcados pela diversidade cultural e pelas desigualdades estruturais. Tais deslocamentos incluem, entre outros aspectos: a urgência de uma formação docente humanizadora e intercultural; o reconhecimento da pluralidade das trajetórias migratórias; a valorização da escuta ativa e da mediação cultural como práticas pedagógicas; e a necessidade de institucionalização de estratégias concretas de inclusão, que articulem os aspectos afetivos, linguísticos e legais envolvidos nos processos de escolarização.

Ao convocar o arquivo não como repositório estático, mas como dispositivo analítico e criador de possibilidades, esta pesquisa tensiona as fronteiras entre o empírico e o teórico,

entre o institucional e o ético. Ela evidencia que a produção de saber sobre o acolhimento de famílias migrantes não é apenas uma tarefa descritiva, mas sim uma prática interventiva, que se inscreve nos regimes de verdade e nos jogos de poder que atravessam a educação. Assim, os estudos aqui analisados não apenas refletem sobre o real: eles o performam, ao instaurar novas condições de possibilidade para a visibilidade e a agência dessas famílias nos espaços escolares.

Por fim, esta investigação convida a comunidade científica da educação a pensar a escola não como espaço neutro de integração, mas como território discursivo e político onde se disputam sentidos, se reconfiguram pertencimentos e se constituem subjetividades. O trabalho de arquivamento e arquivização torna-se, assim, um gesto epistemo-político de resistência às homogeneizações e às invisibilidades que ainda marcam a experiência migratória no Brasil. Neste gesto, reside a potência de imaginar, instituir e sustentar outras formas de convivência escolar, fundadas na dignidade, no reconhecimento e na escuta da diferença como horizonte formativo e ético incontornável.

Para expandir ainda mais esta pesquisa, emergem oportunidades de continuidade que se mostram não apenas desejáveis, mas metodologicamente imprescindíveis. Uma delas consiste em diversificar as bases de dados consultadas, constituindo novos arquivos a partir de outras plataformas e repositórios institucionais nacionais e internacionais. Tal ampliação não visa apenas à obtenção de um volume mais significativo de documentos, mas também à exploração das multiplicidades contextuais, linguísticas e epistemológicas que atravessam as discursividades sobre o acolhimento escolar às famílias migrantes. Esse movimento analítico permitirá cartografar zonas de silêncio, regimes de enunciação e formas de visibilidade ainda não acessadas, contribuindo para a construção de um campo investigativo mais denso, plural e comprometido com a justiça cognitiva e social.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. Foucault e a pesquisa educacional brasileira, depois de duas décadas e meia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 45-71, jan./mar. 2018.

AQUINO, Julio Groppa; VAL, Gisela Maria Do. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. **Pedagogia y Saberes**, Bogotá, n. 49, p. 41-53, 2018.

AQUINO, Júlio Groppa. Modos outros de endereçamento ao arquivo: inventários, listas, etc. In: MUCHAIL, Salma Tannus et al. (orgs.). **Michel Foucault: devir do pensamento e multiplicação de práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023, p. 145-162.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CAAMAÑO, Diana Priegue. **Familia, educación e inmigración. Un programa de intervención pedagógica**. 2008. 606 f. Tesis (Doctoral) - Facultad de Ciencias da Educación, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2008.

CAMARGO, Helena Regina Esteves. **Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos para políticas de acolhimento a migrantes de crise**. 2019. 272 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

CANDAU, Vera Maria. Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, p. 28-44, 2020.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou a Gaia Ciência inquieta**. Lisboa: kkm + eum, 2013.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explica seu último livro. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 145-152.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GARRETA, Jordi Bochaca. Escuela, familia de origen inmigrante y participación. **Revista de Educación**, Madrid, n. 345, p. 133-155, en-abr. 2008.

LINS, Mariane. **Além das fronteiras: processos de escolarização de crianças venezuelanas em uma escola pública brasileira**. 2024. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MESQUITA, Raylane Ryara dos Santos. **Acolhimento de crianças e famílias migrantes e/ou refugiadas nas escolas municipais de São Paulo: formação docente humanizadora**. 2022. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Relações entre escola e famílias migrantes: um estudo arquivístico de dissertações e teses da educação

MUNHOZ, Angélica Vier; AQUINO, Julio Groppa. Inventariando o corpo na pesquisa educacional: sobre a constituição de um arquivo proliferante. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 313-331, 2020.

NÓVOA, António. **Escolas e professores**: proteger, transformar e valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

SANTANA, Alexsandro Junior de. **Portas abertas, janelas fechadas: um estudo de caso sobre imigrantes e refugiados em uma escola pública**. 2020. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

TERRÉN, Eduardo; CARRASCO, Concepción. Familia, escuela e inmigración. **Migraciones**, Salamanca, n. 22, p. 9-46, 2007.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Sobre os autores

Francine Carlete Groth Eichler

Mestranda no PPGEdu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Formação em Pedagogia (2017), Letras-Inglês (2020) e Pós-graduação em Psicopedagogia (2018) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI. Professora de Educação Infantil no município de Itapiranga (SC).

E-mail: eichlerfrancine36@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5388-2241>

Adilson Cristiano Habowski

Doutor em Educação pela Universidade La Salle (2023). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI.

E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5378-7981>

Recebido em: 05/06/2025

Aceito para publicação em: 13/07/2025